

de Agosto Ottubr.

Guerra

Plan de 10 de Janeiro de 1837 sobre o Concelho de
Investigacão do Marechal de Campo S. R. Caseley

Senhora = Cumprindo a Portaria do Ministério da Guerra de 30 de
passado mes, em que Sua Majestade remetendo-me o Conselho
de Investigacão informado, o qual se procedeu contra o Mare-
chal de Campo S. Rafael Caseley, me ordena informar-me se
este não caso de servir de base ao Concelho de Guerra,
aque o mesmo Marechal deve responder, tenho a honra de
dizer a Sua Majestade, que o mencionado Concelho de
Investigacão está legalmente formado, e como tal pode
servir de fundamento ao Concelho de Guerra; Sua
Majestade porém manda que omissis justo Libro 10
de Janeiro de 1837 - Adjuntante de Procurador Geral
da Coroa - Pore de Agosto Ottubr.

Reino

Plan de 27 de Dezembro de 1836
Sobre o Ofício do Administrador de
Lisboa, pede providências por ter sido
mandado por um liberdade, Manuel
da Costa Saldanha por ordens de uma
governado Concessional.

A autorisação pedida pelo Administrador Geral do Distrito
de Lisboa, para mandar sair do Reino hum sabido Por-
tuguez, seu procedência de processo e sentença, na qual sua
opinião excede a alcada de poder do Governo, e vai offe-
rer a segurança da liberdade individual de toda as Por-
tuguezes: ha sobre este ponto huma tal ameaça e conve-
xao de direitas e interesses, que nenhuma pode tocar na
liberdade e segurança individual de hum só falado

sem que ade todas a outras se deixe de resentir cabalos.
Mas basta que o Ediclar pareça criminoso de necessário
que o Poder Judicial o declare cometido, para que possa
ser impedito qualquer pena, a qual foro deste caso se
via mevo arbitrio desfazendo exemplo eternareis conse-
guencias. As abusas de autoridade do poder impus-
tado n'esta representação ao Magistrado da Policia
Correcional do F.º Distrito desta Cidade sou denunci-
rera muito grave, que devem ser com todo o scrupulo
avergonhados, e com toda a severidade punidos, se verdade
ira e forem achados. Parece-me portanto que denega-
da a autoridade pedida auxílio, se devem reme-
ter todos estes papéis ao Ministro da Justica sobre
esse informar o Presidente da Relação de Lisboa ou
vindo por escrito ao Magistrado e Cacereiro argui-
lo, para que a vista da informacao, engranta o gove-
rno de sua Magestade para deliberar se lá lugar
para a formação da Culpa - Lisboa 10 de Janeiro de
1838 - Alguiares O Melins

Idem de 24 de Desembro de 1836 sobre o re-
querimento de Francisco José de Carvalho Gomes,
que pede arenovação de Provisação para a sua
Fabrica de Tejidos de Seda e algodão, estable-
cida na Cidade do Porto.

Parece-me que o supº está nos termos de obter a Provisação de au-
firmada que pede ficando todavia obrigado a cumprir as dis-
posições da Resolução Regia de 9 de Junho de 1834, publicada
no Edital de 14 de Agosto seguinte para poder gozar da total
excepção das direitas das maledicências primas, na forma